



AS LIÇÕES DE 1968, 40 ANOS DEPOIS

O legado da geração que mudou o mundo, na leitura de três intelectuais que vivenciaram e passam em revista utopias do período

Por Gabriel Kwak

“**S** seja realista: peça o impossível”. Este foi o lema preferido entre as mensagens pichadas nos muros em Paris no tão falado maio de 1968. A divisa não chegava a ser um completo absurdo: os estudantes, o Poder Jovem, na França e em outras latitudes pareciam mesmo poder fazer tudo – de contestar o *establishment* a cobrar mudanças na universidade, de reformar costumes a reivindicar a revolução socialista.

O Brasil não escapou da onda de inconformismo que varreu, por exemplo, França e Alemanha (para ficar em exemplos mais sobressalentes): o movimento estudantil não fugiu do enfrentamento e ganhou as ruas, muito embora a ditadura dos generais-presidentes mostrasse sem pudores as afiadas garras. “Os estudantes foram inoculados de uma visão nova de vida. A virada de 68 foi uma retomada do velho Iluminismo”, avalia o vice-diretor acadêmico da Direito GV, professor Antonio Angarita.

Eram tempos em que praticamente

não era lícito ficar indiferente. “Revolucionários” arengavam com os “reformistas”, mas mesmo os que se batiam pela “revolução” não afinavam quanto à moldura e quanto ao *modus operandi* do projeto revolucionário desejado. As lutas ao redor do mundo apaixonavam a imaginação dos estudantes que estavam na linha de frente das reivindicações por uma nova política educacional, bem diferente, diga-se, da patrocinada pelos governos militares. “Se o movimento camponês tomasse alguma consciência levava paulada na hora. O movimento operário estava muito dominado pelas interventórias. Os estudantes, então, se tornaram o que foram os tenentes na década de 20: o setor mais lúcido, mais avançado, mais organizado, mais ideologizado da classe média”, comenta o professor de Ciência Política da Faculdade Cásper Líbero, Cláudio Arantes.

O ano de 1968, na sua ausência de relativismos e entretons, por vezes mais dividia e subtraía do que somava ou multiplicava. Haja vista a suposta rivalidade no campo da MPB entre admi-

stradores de Chico Buarque e os amantes do Tropicalismo, tendo à frente Caetano Veloso. (Basta dizer que não ajudou muito na concórdia uma resposta do tropicalista Tom Zé à apresentadora Hebe Camargo, quando perguntado sobre o que achava de Chico: “Gosto muito; afinal, ele é nosso avô...”).

A rebelião nos campi

Embora clandestino, desde o golpe militar de 64, o movimento estudantil brasileiro não ficou no seu casulo. “Os dirigentes estudantis não eram mais apenas porta-vozes de um descontentamento difuso, mas lideranças de aspirações enraizadas no cotidiano de estudantes e professores”, anotou Daniel Aarão Reis no livro *68: A Paixão de uma Utopia* (Editora FGV). Mais de uma vez, a intelectualidade, a classe artística e setores arejados da Igreja se solidarizaram com manifestações de protesto dos estudantes.

A polícia invadiu escolas como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de Brasília, mobiliza-

ções foram sufocadas a pata de cavalo e bomba de gás lacrimogêneo. No segundo semestre de 1968, a escalada repressora apenas se intensificou. Os episódios mais sintomáticos da repressão foram o assassinato do estudante secundarista Edson Luís por um soldado da PM, no restaurante popular Calabouço (em 28 de março de 1968), e o desbaratamento do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP), quando 720 congressistas foram presos. Por ser uma luta gritantemente desigual, as aspirações das lideranças estudantis ganhavam ainda mais a feição de sonhos, todos tornados pesadelos pelo fechamento cada vez maior do regime militar e pela voracidade do seu aparato repressivo – sobretudo com a decretação em 13 de dezembro do Ato Institucional nº 5, que dinamitou o Estado Democrático de Direito. A alguns desses “filhos de 68” restou como alternativa o ingresso na luta armada, propugnada por organizações clandestinas como a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

Em ensaio de 1978, o jurista José Eduardo Faria avalia que o “fanatismo” neutralizou os “aspectos positivos” de 1968 na medida em que a radicalização levaria à destruição da própria universidade enquanto “base de poder” dos estudantes na luta pelas suas reivindicações. “O grande erro surgiu quando os mais rebeldes radicalizaram suas posições e acabaram identificando a negação da ordem com a liquidação dos elos mais fracos de poder estabelecido: as instituições universitárias, onde, justamente, residia sua própria força”, sentenciou Faria (leia a íntegra do texto abaixo).

Os ideais libertários pareciam contaminar o mundo. Na Tchecoslováquia, a chamada “Primavera de Praga” prometia novos tempos de abertura política num regime de partido único, sob o “socialismo real” ancilar da União Soviética. (Pelo menos, esse era o projeto do então novo presidente Oldrich Cernik...) Na França, a ocupação de universidades, a construção de barricadas no Quartier Latin do chamado “*chientlit* estudantil” estava levando a nocaute o presidente Charles de Gaulle. E inspirando os dirigentes estudantis daqui a não se renderem na luta por reformulações nas grades curriculares, por maior representação nos órgãos de decisão nas uni-

versidades e no combate ao acordo entre o Ministério da Educação e a USAID, uma agência do governo americano.

As influências do movimento negro nos EUA, do rock, das guerrilhas na América Latina e em países africanos como Zimbábue e Angola, o repúdio à Guerra do Vietnam também conquistaram mentes e corações dos sobreviventes de 1968. “O que havia nos centros do mundo era uma insatisfação com o *status quo* que não era bem definida. Não foi assim com as Revoluções Francesa, Americana, Soviética e Mexicana – as quatro grandes revoluções. Elas foram montadas de acordo com certo desejo, senão uma ideologia”, observa Angarita.

Para Cláudio Arantes, não há como comparar a conjuntura do Brasil à de França e outros países. “As lutas brasileiras em si não sofrem influência direta dos eventos da França e da Alemanha. Essa ascensão que se dá em 68 está liga-

“A crítica ideológica passou a considerar tudo, inclusive o papel de quem faz a crítica ideológica”, sublinha Carlos Guilherme Mota

da a um processo que vinha desde 64”, enfatiza. O professor titular de História Contemporânea da FFLCH-USP e pesquisador da Direção GV Carlos Guilherme Mota não endossa essa conclusão: “Jacques Godechot [*historiador francês*] trabalha muito com a idéia de contágio. Eu pensaria em ‘sistema’, uma forma de organização do mundo que estava mudando. Havia uma cultura de resistência. A palavra-chave era a descolonização, descolonização cultural, descolonização da Argélia, do Congo Belga, dos corpos, das mentes...”

Ficou conhecida na época uma provocação do então ministro do Trabalho do governo Costa e Silva, coronel Jarbas Passarinho: “O Tietê não é o Sena”. A resposta veio da parte de um dos vice-presidentes da UNE, Luis Raul Machado, durante invasão da reitoria da USP: “Os nossos generais podem

ficar tranquilos. O que aconteceu na França não vai se repetir no Brasil. Vai ser muito pior.”

É proibido proibir

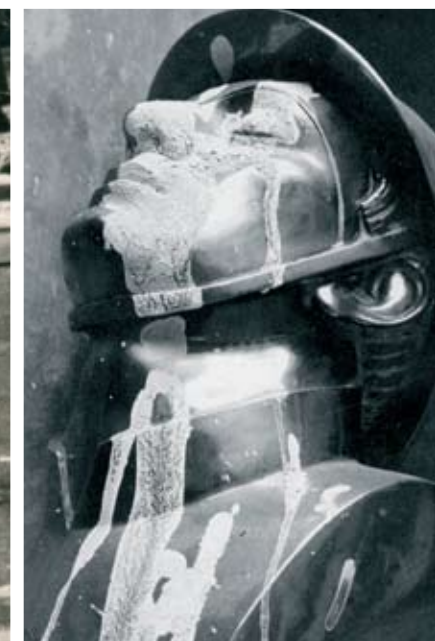
Muitos daqueles jovens “antenados”, “pra frente”, que gostavam do cinema de Godard (ou que entravam na fila para assistir ao campeão de bilheteria naquele ano: *Roberto Carlos em Ritmo de Aventura*) nunca antes haviam experimentado tamanhas mudanças comportamentais. Como desaguadouro de um processo que vinha de anos anteriores (com revolução sexual, institucionalização do uso da pílula anticoncepcional...), 1968 assinalou uma liberação de costumes, um rolo compressor sobre tabus de há muito arraigados nas sociedades em escala mundial: mudanças no vestuário, nas relações com as drogas, rejeição ao que a sociedade ainda tinha de patriarcal, etc. Também nunca houve maior circulação de literatura digamos “de vanguarda”. Tomos de Marcuse, Goldman, Althusser, Garraudi, Lukács, Régis Debray, Che Guevara e Simone de Beauvoir nunca foram tão sobraçados. “Mudou a relação dos estudos sujeito/objeto. A crítica ideológica passou a considerar tudo, inclusive o papel de quem faz a crítica ideológica”, sublinha Carlos Guilherme Mota. E alinha os novos paradigmas que os insurrectos de 68 legaram até para os estudos da mente: “Michel Foucault [1926-1984] foi de uma importância fundamental: dessacralizou o papel do médico, da loucura. O LSD entrou nas experiências de psicanálise. Tem-se uma revisão da obra e da metodologia de Freud. A sessão de análise antes era de 50 minutos. Havia formalismo em tudo!” Antônio Angarita toma outro exemplo como marco daqueles tempos. Para ele, o musical *Hair* (de autoria dos americanos Gerome Ragni e James Rado, montada no Brasil pelo diretor Ademar Guerra e em que o elenco aparecia despido em cena) dava o tom das tendências que então se alastravam. “No teatro, *Hair* foi um ponto de inflexão. Daí por diante, até mesmo o teatro de revista nunca mais foi o mesmo. *Hair* rompeu uma tradição porque estava sintonizado com o movimento de revolta, com o descompromisso com que havia antes”, nota Angarita.



Arquivo pessoal de J. E. Faria



Cenas brasileiras de 1968: no alto, destroços de uma passeata com a polícia o fundo (outubro). Acima, estudantes: um, acuado pela polícia (julho); o outro, no momento de lançar uma pedra nos conflitos da Maria Antonia, entre alunos da USP e do Mackenzie (outubro). Abaixo, saldo de um confronto e a estátua do soldado, manchada de tinta





ARQUIVO PESSOAL DE J. E. FARIA



Arquivo pessoal de J. E. Faria



Esquerda, a partir do alto: assembléia discute ocupação da Faculdade de Direito da USP; o DCE da FFLCH na Maria Antonia; alunos de Direito marcham presos (julho) e as barricadas na escola das Arcadas. Acima, a polícia entra no pátio da Faculdade de Filosofia da USP, na Maria Antonia. Abaixo, o choro da estudante



No alto, policiais e alunos em queda: manifestações de outubro. Acima, em julho, estudantes carregam o colega ferido. Abaixo, velório de estudante da Maria Antonia (outubro) e aluno no momento de lançar um coquetel nos conflitos entre FFLCH e Mackenzie (outubro). À direita, o acadêmico José Ulpiano (no quadro) é saudado por um estudante com o capelo



Em 1968 Cláudio Arantes tinha 20 anos e perseguiu muitas das utopias da geração, na condição de presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e de vice-presidente da Executiva Nacional de Estudantes de Ciências Sociais da UNE. Militante da Ação Popular (AP) e terceiranista de Ciências Sociais da ESP, foi testemunha de muitos dos confrontos sangrentos entre os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia, e os da Universidade Mackenzie ligados ao CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e ao DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social). Folheando sua agenda do ano de 68, Cláudio verifica que a maioria das anotações, quase diárias, referiam-se a compromissos com o movimento estudantil. Nas horas vagas lia o romance *Pessach*, de Carlos Heitor Cony, e não o *best-seller* do ano, *Meu Pé de Laranja Lima*, de José Mauro de Vasconcelos. Também se lembra de que o epicentro da comunidade estudantil em São Paulo era a Maria Antônia – as assembléias aconteciam no pátio da Faculdade de Filosofia. Outras faculdades se localizavam por perto, como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, a Faculdade de Economia, a própria ESP, além, é claro, do Mackenzie. “Havia uma ligação interna entre a Faculdade de Filosofia e a de Economia. Você poderia passar de uma a outra sem sair pela rua, inclusive para driblar a repressão”, conta.

Outro marco do descontentamento de 68 no Brasil foram as greves operárias, que sinalizavam que entre os trabalhadores e sindicatos nem só de “peleguismo” e interventores se vivia... Duas são invariavelmente catalogadas nas cronologias do “ano que não terminou”, na expressão feliz de Zuenir Ventura. Algo inédito desde o golpe de 64! Uma em Contagem (MG), que paralisou 16 mil metalúrgicos de 16 de abril a 2 de maio contra o arrocho salarial e que conquistou vitoriosos 10% de reajuste, válidos para todo o Brasil. A outra, de 16 de julho, em Osasco, reuniu 15 mil metalúrgicos e terminou em prisão de operários e na mão pesada da intervenção no sindicato. Nos dois episódios não faltou aos trabalhadores o apoio de parcela dos estudantes.

Cláudio Arantes presenciou “a dois, três metros de distância” outro totem do

descontentamento com a ordem vigente naquele vertiginoso ano: o atentado de ativistas da esquerda contra o então governador Abreu Sodré durante concentração de trabalhadores em comemoração do dia 1º de maio. O palanque em que Sodré e outras autoridades estavam desabou sob efeito de explosivos. “O Sodré foi expulso da festa e aí o movimento estudantil e as oposições sindicais fizeram o seu 1º de maio”, lembra-se.

“Caminhando contra o vento”

Carlos Guilherme Mota viveu a co-moção de 68, em grande parte, no sul da França, na Faculdade de Letras de Toulouse, para onde rumara graças a um convênio da USP. Professor-assistente de História Moderna e Contemporânea da Maria Antônia, trabalhava com o diretor da Faculdade, o respeitado – e já referido – Jacques Godechot (uma autoridade no que se refere aos “ciclos

Angarita considera que o ideário de 1968 ainda nos acompanha, no sentido de quemuito daquele programa não caducou

revolucionários da História Contemporânea” e um observador afiado que compreendia como poucos o que estava sucedendo com aqueles jovens libertários que repetiam palavras de ordem como “Camarada, corra, o velho mundo está atrás de você”). Mota embarcou num navio inglês em setembro de 67 e sua sintonia fina acusou que estávamos no fim de uma era, no que ele chama de “viragem mental”. “Eu embarquei quando explodiu *Alegria Alegria* [música de Caetano Veloso]. Eu fiquei sabendo disso quando meu amigo Francisco Iglésias [historiador mineiro], que tinha participado da minha banca de mestrado, me comunicou por carta. Colei a letra na parede do meu quartinho na cidade universitária”, lembra-se.

Lá em Toulouse, sentia-se à vontade na companhia de argelinos e, embora ganhasse minguada bolsa do governo

francês, costumava custear modestas refeições aos exilados espanhóis da ditadura de Franco. Com sua régua de “historiador das mentalidades”, Mota inspeciona a herança de 1968 no que ela contribuiu para uma agenda de transformação da universidade, como a renovação nas aulas, nas bibliografias, na relação professor-aluno, a luta pelas comissões paritárias na gestão das universidades, o concurso para contratação de professores. Ele cita até a campanha pelas eleições diretas para reitor da USP nos anos 80. “A universidade, em 68, estava envelhecida, com programas antiquados para as novas demandas. Havia um problema de mercado de trabalho: o aluno se formava dentro de programas tradicionalíssimos e a sociedade civil se mexia de outra maneira que não era mais aquela dos anos 50”, avalia.

Mota recorda que, quando chegou em Toulouse, todos em sala se levantavam à entrada de Godechot e outros professores. Quando deixou a temporada francesa, os alunos já não se levantavam mais.

1968 encontrou Antonio Angarita da Silva como professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Minha visão de 68 vis-à-vis os jovens passou muito pela Escola. Eu era chefe de Departamento e professor – e esse contato com os jovens foi muito importante.” Na EAESP, a tônica foi a diversidade ideológica entre os professores do Departamento, sendo alguns deles conhecidos por suas preferências e sua trajetória de ativista político, como Maurício Tragtenberg, Edgard Carone, Eduardo Matarazzo Suplicy e Sérgio Miceli. “Os alunos, ainda que comprometidos com o projeto profissional, nunca fecharam os ouvidos e os olhos para o que acontecia no Brasil e no mundo. Na EAESP o saber passa por outros caminhos, mas os alunos nunca abriram mão da questão política”, acredita. Angarita considera que 1968 ainda nos acompanha, no sentido de que muito daquele programa não caducou. “Até hoje se colocam em pauta questões daquele tempo que não foram resolvidas. Nem sei se vão ser resolvidas de acordo com aquela formulação. Num certo momento a gente precisará pensar num novo 68 para resolvê-las”, conclui.